

APONTAMENTOS SOBRE A RECENTE REDUÇÃO DA DESIGUALDADE DA RENDA PESSOAL NO BRASIL

Juliana Santos^{*}

Fernando Augusto Mansor de Mattos^{**}

João Hallak Neto^{***}

Resumo: O objetivo do artigo é mostrar como as transformações ocorridas na economia brasileira ao longo do período 2002-2014 impactaram sobre o perfil da distribuição pessoal da renda no Brasil. Para avaliar o efeito da política econômica e da política social sobre a desigualdade econômica brasileira, foram captados dados de rendimentos pessoais segundo diversas fontes de renda e também informações sobre a evolução da distribuição funcional da renda. Os resultados indicaram que, entre 2002 e 2014, houve uma importante redução da desigualdade pessoal da renda e, para isso, tiveram papel decisivo tanto as melhorias ocorridas no mercado de trabalho (geração de empregos formais que levaram a uma situação próxima ao pleno emprego), como a adoção de políticas sociais e também a recuperação do valor real do salário mínimo. Os indicadores de distribuição funcional da renda refletem a expansão do emprego e da massa salarial no período, e corroboram os indicadores verificados na distribuição pessoal da renda. O artigo mostra também que, entre 2014 e 2015, com a crise política e a retração econômica, já se mostravam nítidos alguns sinais de reversão da melhoria do perfil distributivo verificada nos anos anteriores.

Palavras-chave: Desigualdade de renda no Brasil; desigualdade econômica no Brasil; distribuição pessoal da renda; distribuição funcional da renda.

NOTES ON THE RECENT REDUCTION OF PERSONAL INCOME IN BRAZIL

Abstract: The objective of this article is to show how the transformations that occurred in the Brazilian economy during the period 2002-2014 impacted the profile of the personal distribution of income in Brazil. In order to evaluate the effect of economic and social policy on Brazilian economic inequality, personal income data were collected from different sources of income, as well as information on the evolution of the functional income distribution. The indicators show that, between 2002 and 2014, there was a significant reduction in personal income inequality. For this result, some important features were decisive: the improvements in the labor market (generation of formal jobs that led to a situation close to full employment); the adoption of social policies and also the recovery of the real value of the minimum wage. The indicators of

^{*} Economista formada pela UFF, Mestre em Economia pela UERJ e Doutoranda pelo PPGE – UFF.

^{**} Professor-pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF); professor-visitante do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFF; visiting-scholar no ILAS (institute of Latin American Studies), na Universidade de Columbia (Nova Iorque – EUA), entre julho de 2017 e junho de 2018. E-mail: fermatt1@hotmail.com.

^{***} Analista da Diretoria de Pesquisas do IBGE e Doutor em Economia pelo IE/UFRJ. E-mail: joao.hallak@gmail.com.

functional income distribution (the labor share rose) reflect the expansion of employment and the bulk of wages in the period, and corroborate the indicators verified in the personal distribution of income. The article also shows that, between 2014 and 2015, with the political crisis and the economic recession, some signs of a reversal of the improvement of the distributive profile verified in previous years were already clear.

Keywords: Income inequality in Brazil; economic inequality in Brazil; personal income distribution in Brazil; functional income distribution in Brazil.

INTRODUÇÃO

O Brasil ainda é um dos países com maior desigualdade no mundo. De acordo com o Banco Mundial, ele ocupa a 141ª colocação no ranking da igualdade, ficando à frente apenas de 13 países. Contudo, durante a primeira década do século XXI, muitos trabalhos apontaram para uma queda contínua da desigualdade no Brasil. Como destacam Dedecca et al. (2008), a diferença entre a queda da desigualdade observada em alguns períodos da década de 1980 e de 1990 e a observada a partir de 2001 é a possibilidade de se observar este fenômeno, pela primeira vez, em um ambiente de estabilidade econômica. Ademais, conforme mostra Mattos (2017), em retrospectiva, foi o período mais longo de redução da desigualdade pessoal da renda da história do Brasil.

Tais características da redução recente da desigualdade no Brasil justificam um estudo mais detalhado acerca de seus indicadores e de suas circunstâncias.

A questão da desigualdade no Brasil é um assunto bastante explorado pela literatura; porém, a maior parte das pesquisas se baseia no conceito de renda do trabalho. Somente nos anos mais recentes é que estudos sobre a distribuição de renda no Brasil procuram investigar as outras dimensões da desigualdade, que vão além a renda do trabalho. Sabendo dessa deficiência, a proposta do trabalho é justamente discutir a evolução da desigualdade no Brasil, no período entre 2003-2014, especialmente a desigualdade econômica, levando em consideração não só o aspecto da distribuição de renda do trabalho, mas avaliar rendimentos pessoais de outras fontes, além de discutir também a distribuição funcional da renda. Desta forma, pretende-se traçar um quadro mais abrangente da trajetória recente da desigualdade econômica ocorrida no Brasil, procurando avaliá-la sob um ponto de vista multidimensional (DEDECCA, 2009).

O foco da pesquisa é estudar o comportamento da distribuição de renda entre 2002 e 2014. Este período foi escolhido por abranger a implantação de programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada, a expansão do emprego formal, e a política de valorização do salário

mínimo. O aumento do salário mínimo real foi determinante para a melhoria do perfil distributivo brasileiro no período em questão, segundo reconhecem dezenas de estudos sobre o tema. A literatura mostra que, além do efeito que o aumento do salário mínimo tem sobre o mercado formal de trabalho, o mesmo também afeta os rendimentos do setor informal, funcionando como um “farol” para estes rendimentos, conforme mostra o trabalho clássico de Souza (1980)¹. Esta situação não é de somenos importância, dada a elevada presença do setor informal dentro do mercado de trabalho brasileiro, em todas as regiões, a despeito do processo inaudito de formalização ocorrido nos anos em tela. Ademais – e não menos importante –, o valor do salário mínimo serve também como piso para todas as remunerações dos programas sociais definidos em lei (exceto o Bolsa Família), com especial destaque para os desembolsos feitos pela Previdência Social, conforme consagra a Constituição Federal de 1988. Conforme veremos, o peso relativo dos rendimentos previdenciários no conjunto das rendas familiares é bastante significativo; portanto, os efeitos da elevação do valor real do salário mínimo, ocorrida entre 2001 e 2015, teve papel importante para os resultados exibidos pelos indicadores sintéticos de desigualdade, como o índice de Gini, por exemplo, conforme veremos.

1. COMPORTAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DA RENDA ENTRE 2000-2016

A maioria das pesquisas a respeito da questão distributiva se concentra na questão da distribuição individual ou familiar do rendimento do trabalho. São poucos os trabalhos que exploram as mudanças na distribuição funcional da renda, ou seja, a

¹ O trabalho de Souza (1980) é um clássico sobre o tema e representa a maturidade de pesquisas que têm por origem estudos elaborados, nos anos 1970, no âmbito da Cepal, a respeito do setor informal e dos mercados de trabalho de países latino-americanos. Estudo de Souza e Baltar (1979) antecipava conclusões que se materializariam no estudo da Tese de Souza (Souza, 1980) a respeito do papel do salário mínimo na determinação das taxas salariais em uma economia com as características da brasileira. Este estudo de Souza e Baltar (1979) marcou época como uma das referências sobre o debate que se instalou no Brasil, no final dos anos 1970, ou seja, ainda sob o regime militar, a respeito da questão do papel do salário mínimo sobre o mercado de trabalho brasileiro (e sobre a desigualdade – tema sempre presente nas discussões acerca do modelo econômico que deu origem ao chamado “milagre econômico” brasileiro). Em Souza (1983), o autor confirma as principais conclusões de sua tese seminal sobre o tema. O trabalho de Mattos e Lima (2015) recupera, em uma de suas partes, o debate histórico acerca da informalidade nos mercados de trabalho de países periféricos e dos efeitos do salário mínimo sobre a estrutura de rendimentos. No que se refere aos anos 2000, a dissertação de Souen (2013) apresenta um estudo bastante completo acerca da política de valorização do salário mínimo no Brasil, nos anos 2000, e de seus efeitos sobre a atividade econômica brasileira, Saboia e Hallak Neto (2018) apontam para os impactos positivos dos aumentos reais do salário mínimo no período recente. Na mesma esteira, Mattos (2015), em estudo sobre o mercado de trabalho brasileiro, incluiu a evolução do salário mínimo como um dos elementos fundamentais para as melhorias apresentadas nos indicadores do mercado de trabalho. Mattos (2016) discute especificamente os efeitos das políticas sociais do período Lula sobre o mercado de trabalho brasileiro, mostrando, entre outros fatores, que a expansão das mesmas teve papel fundamental para reduzir a taxa de desemprego.

distribuição de renda gerada pelos fatores utilizados na produção: governo, capital e trabalho. Para Dedecca *et al* (2004), é necessário primeiro estudar a distribuição funcional, e, após essa análise, tratar o comportamento da distribuição de renda do trabalho. Segundo o autor, essa última seria uma divisão mais geral, pois não considera a forma como os agentes econômicos estão inseridos no processo produtivo. Isso não significa dizer que o estudo da distribuição pessoal da renda é menos importante. Na verdade, a análise das duas dimensões da desigualdade de complementam².

A distribuição funcional da renda consiste na repartição da renda gerada no processo de produção pelos fatores responsáveis pelo processo produtivo. Essa divisão da renda é feita considerando-se a função realizada pelos agentes econômicos no processo de produção (HALLAK NETO; SABOIA, 2014; ATKINSON, 2015).

É importante destacar diversos elementos da atividade econômica que interferem no perfil distributivo, tais como a maneira em que está organizado o processo produtivo, a relevância das contribuições sociais em relação às olhas de pagamentos, os próprios valores reais dos salários, as taxas de inflação, o valor do salário mínimo, a interferência dos sindicatos e as políticas econômicas, pois todos esses aspectos têm impactos sobre como a renda gerada que será distribuída na economia. Assim, o trabalho está interessado em observar a distribuição de renda decorrente do processo produtivo, isto é, da renda gerada que é dirigida às remunerações e ao excedente operacional bruto (HALLAK NETO; SABOIA, 2014).

Antes de entrar na análise da distribuição funcional da renda propriamente dita, é interessante dar uma atenção especial ao comportamento do PIB entre 2000 e 2016. Observa-se o crescimento do PIB ao longo do tempo, cujo desempenho esteve atrelado à conjunção do comportamento positivo do consumo das famílias e também à trajetória da formação bruta de capital fixo, que teve significativo crescimento pelo menos até 2011 (inclui a construção civil)³. Esse contexto promoveu ampliação do emprego formal e foi também impulsionado pela valorização do salário mínimo, bem como a

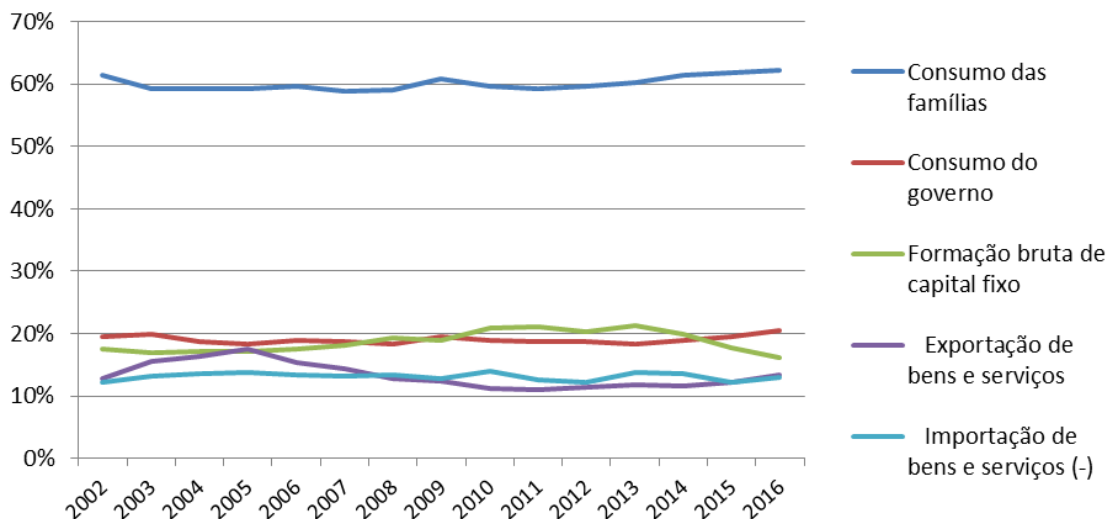
² A literatura internacional, notadamente a mais recente, consagra a ideia segundo a qual é necessário e também mais consistente que se analise de forma conjunta (ou seja, tanto sob o ponto de vista pessoal, como sob o ponto de vista funcional) a evolução da desigualdade econômica e da trajetória da distribuição de renda. Para uma interpretação em que ambos os aspectos são considerados, ver, pelo menos: Kristal (2010); Galbraith (2016); Atkinson (1997); Atkinson (2009); Atkinson (2015); Keister (2014); Keister e Lee (2014); Kopczuk (2015).

³ Há sinais claros de que o próprio aumento do consumo (dado pela ampliação da massa salarial, do crédito e do valor real do salário mínimo) acabou tendo efeito positivo sobre os investimentos, incentivando-os.

manutenção das transferências de renda e a expansão do crédito (KERSTENETZKY, 2016).

Neste período, através da Figura 1, nota-se também um crescimento da parcela da Formação Bruta de Capital (FBCF) na composição da demanda final. Esse indicador é importante, pois mostra o quanto o setor público e os empresários investiram em bens de capital e sinaliza se a capacidade de produzir bens e serviços do país está em expansão. Porém, como ressalta Dedecca (2015), esse incremento da FBCF não foi observado em conjunto com uma mudança significativa na composição dos investimentos entre governo, famílias e empresas. A participação das empresas privadas nesse processo, mesmo com a iniciativa do governo federal de expandir a concessão de crédito para financiamento, não foi muito significativa.

Figura 1 - Participação (%) dos componentes da demanda final no PIB – 2002/16



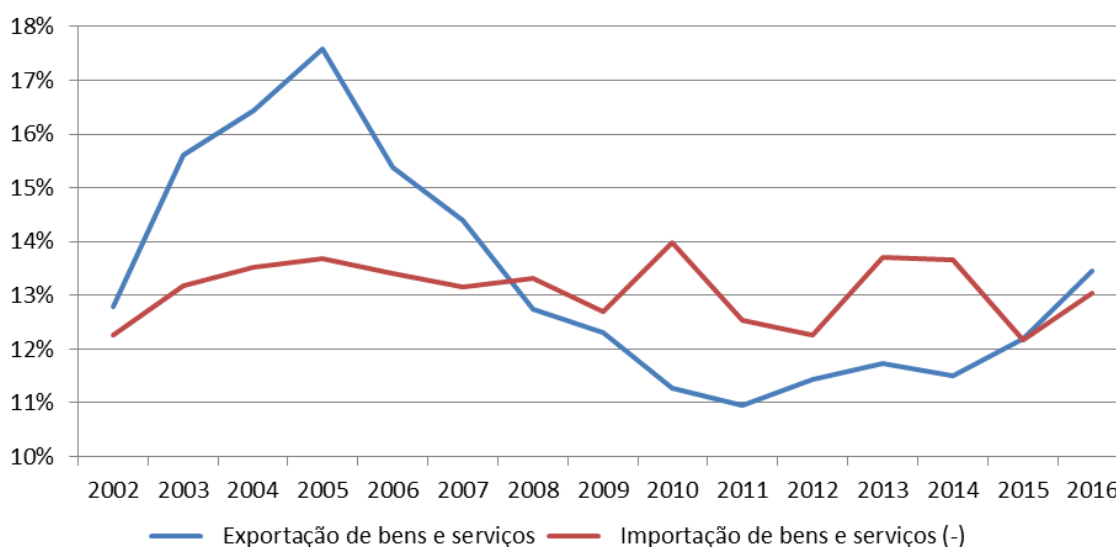
Fonte: Contas Nacionais, IBGE. Elaboração Própria.

Como é possível observar na Figura 2, aliado ao crescimento do consumo das famílias e da formação bruta de capital fixo, tem-se também um aumento da participação das exportações no PIB, até meados de 2008. Entre 2003 e 2010, observou-se uma elevação nos preços internacionais das commodities que contribuiu significativamente para o bom desempenho do PIB no período, não só para os setores produtores, mas também setores mais próximos, como o de fornecedores. (CARVALHO, 2018).

A Figura 3 considera os dois componentes de maior participação no PIB, quais sejam, as remunerações do trabalho e o Excedente Operacional Bruto (EOB), e indica dois comportamentos distintos. De 2002 a 2005, a participação das remunerações oscila

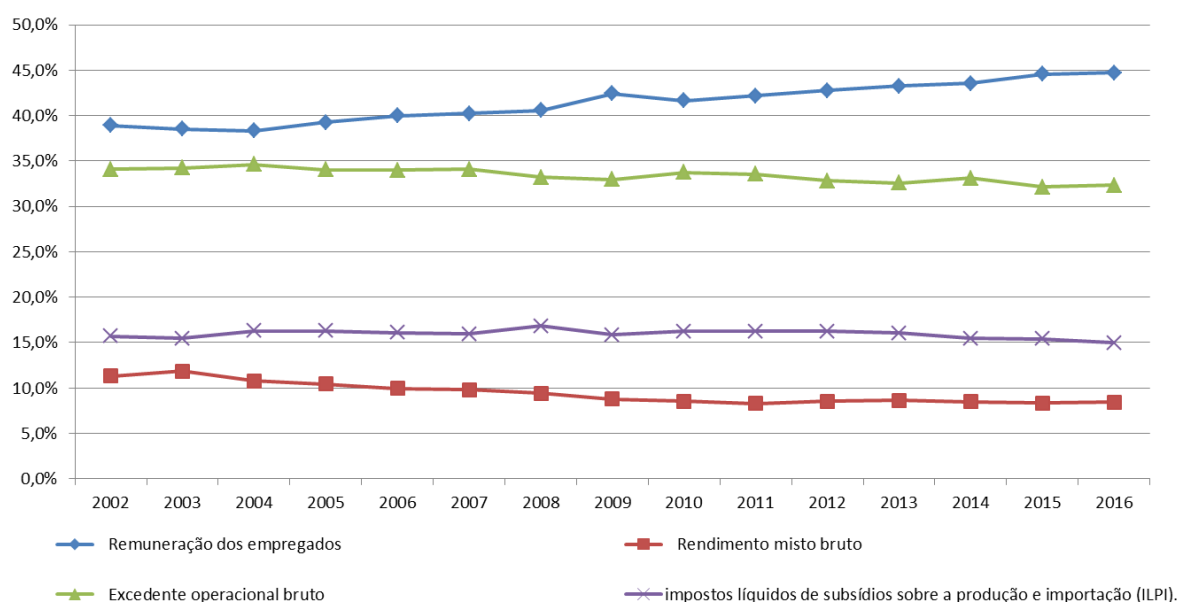
em torno de 38%. Em seguida seu peso registra tendência de elevação, chegando a 45% em 2016. Assim, EOB perde participação para remunerações, passando de 34,6%, em 2004, para 32,3%, em 2016. Com relação aos outros dois componentes, RMB e ILPI, o primeiro perdeu participação entre 2002 (11,3%) e 2016 (8,4%) e o segundo apresenta certa estabilidade em torno de 15%.

Figura 2 - Participação das Exportações e Importações no PIB entre 2002 e 2016



Fonte: Contas Nacionais, IBGE. Elaboração Própria.

Figura 3 - Participação dos componentes do PIB pela ótica da renda no Brasil – 2002-2016



Fonte: Contas Nacionais, IBGE. Elaboração Própria.

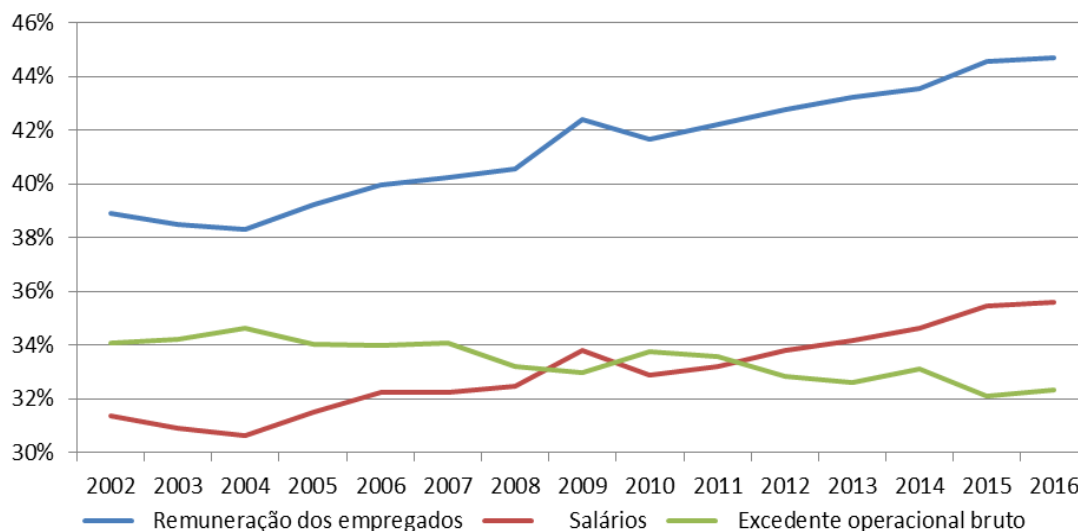
Sendo a remuneração dos empregados e o EOB os principais componentes da renda, é importante examiná-los em destaque. A remuneração dos empregados é constituída pela soma do salário e das contribuições sociais efetivas e imputadas.

Como explica Hallak Neto (2013), entre 1995 e 2004, o Brasil apresentou um baixo crescimento econômico (2,5% ao ano), devido à estratégia escolhida para enfrentar, como objetivo principal, o processo inflacionário. Até o início de 1999, políticas de juros reais elevados e de câmbio fortemente sobrevalorizado foram utilizadas com regularidade (HALLAK NETO, 2013). Este cenário levou à deterioração do mercado de trabalho, com redução dos postos de trabalho formal, aumento do desemprego e achatamento dos salários reais. Em 2000, quando efeitos da desvalorização cambial ocorrida em 1999 já se faziam sentir, o país registrou uma variação positiva do PIB (4,3%); contudo, questões domésticas, como a crise energética em 2001 e o alegado risco da volta da inflação acabaram levando a uma leitura conservadora sobre a política econômica, com resultados frustrantes em termos de variação do PIB, situação que perdurou em 2003. Da mesma forma, a interpretação (convencional) segundo a qual o aumento do endividamento público exigiria estratégias cautelosas de política econômica também acabou impedindo um melhor desempenho do PIB.

A retomada da dinâmica de crescimento e consequente recuperação do mercado de trabalho formal e das remunerações da renda nacional só começaram a ser observadas a partir do ano seguinte, em boa medida por causa do início da trajetória ascendente dos preços das commodities. Já a partir de 2004, é possível notar o crescimento da participação das remunerações em relação à renda. A queda do ministro da Fazenda, Antônio Palocci, em março de 2006, que vinha adotando medidas ortodoxas de política econômica, também favoreceu a retomada do crescimento, com mais vigor, a partir daquele ano, com a amplificação dos efeitos positivos, no mercado de trabalho, que já vinham se desenhando a partir de 2004 (MATTOS, 2015).

É importante destacar que uma das questões para contestar a queda da desigualdade da distribuição de renda nos anos recentes é possivelmente a redução da participação dos salários na renda total do Sistema de Contas Nacionais. Na Figura 4, observa-se que, até 2007, o peso dos salários na composição da renda total era menor do que o do EOB. A partir do ano seguinte, há uma mudança, em favor dos salários.

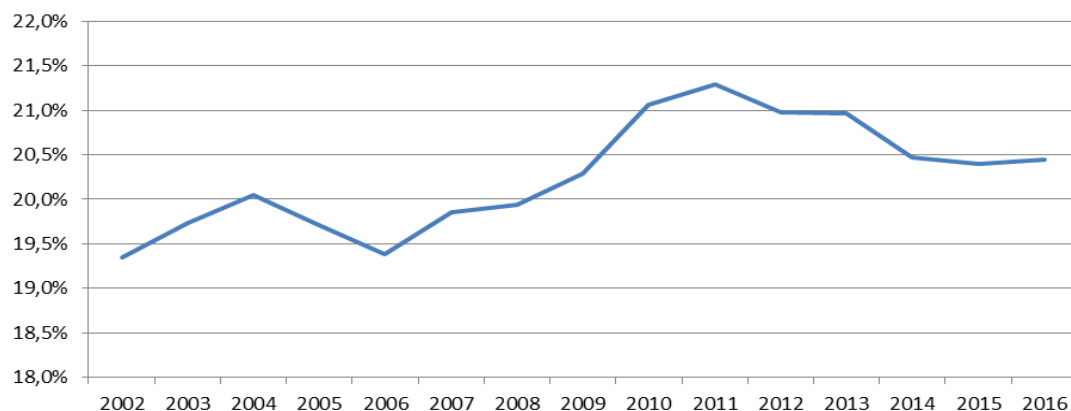
Figura 4 - Participação da remuneração, do salário e do EOB no PIB pela ótica da renda no Brasil – 2002-2016.



Fonte: Contas Nacionais, IBGE. Elaboração Própria.

Como é possível observar na Figura 5, a participação das Contribuições Sociais⁴ no total da remuneração aumentou de forma contínua entre 2006 e 2011. Elas subiram por dois motivos: *i*) o salário mínimo aumentou em termos reais e, sendo as contribuições sociais em grande parte proporcionais ao salário mínimo, elas também subiram; e, *ii*) porque o número de pessoas que recebem as contribuições também cresceu, uma vez que o emprego formal aumentou significativamente até 2014.

Figura 5 - Participação das Contribuições Sociais na Remuneração entre 2002 e 2016



Fonte: Contas Nacionais, IBGE. Elaboração Própria.

⁴“As contribuições sociais no Sistema de Contas Nacionais estão divididas em Contribuições sociais efetivas a cargo dos empregadores, em nome de seus empregados, aos institutos oficiais de previdência, aos regimes próprios de previdência, às entidades de previdência privada e ao FGTS. Já a Contribuição social imputada é a diferença entre os benefícios sociais pagos pelo governo diretamente aos seus servidores sob a forma de aposentadorias, pensões etc. e as contribuições recebidas sob a forma do Plano de Seguridade Social do Servidor, pensão militar, montepio civil etc”. (IBGE, 2016)

2. EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO PESSOAL DA RENDA

Como foi comentado na introdução deste trabalho, a maioria dos estudos que analisam a distribuição de renda, concentra-se em estudar os rendimentos do trabalho (e pouco as rendas de outras fontes, embora esses dados estejam disponíveis nas PNADs). O problema é que as pesquisas domiciliares conseguem captar muito pouco das rendas da propriedade, avaliando, de forma mais eficiente e confiável, metodologicamente, informações sobre o rendimento do trabalho e sobre os rendimentos provenientes de aposentadoria. Os rendimentos pessoais decorrentes de gestão da atividade econômica (pró-labore) são muitas vezes subestimados pelos declarantes ou mesmo não mencionados nas pesquisas domiciliares⁵. Assim, é importante destacar que as análises sobre a distribuição de renda, mesmo quando procuram observar todos os tipos de rendimentos apresentados pelas pesquisas domiciliares, revelam basicamente o comportamento da renda do trabalho e dos rendimentos das aposentadorias, os quais, em conjunto, representam cerca de 90% do total de rendimentos registrados (DEDECCA *et al.*, 2004), conforme veremos em quadros mais à frente (Quadros 4 e 5). Além disso, dados sobre a renda captadas através de questionários estão sempre sujeitos a erros de declaração. Existe uma propensão das pessoas em geral a subdeclarar os rendimentos, notadamente os provenientes de aplicações financeiras ou mesmo os altos salários. Grande parte da renda oriunda do capital na forma de juros e dividendos é omitida ou muito subestimada (HOFFMANN; NEY, 2008).

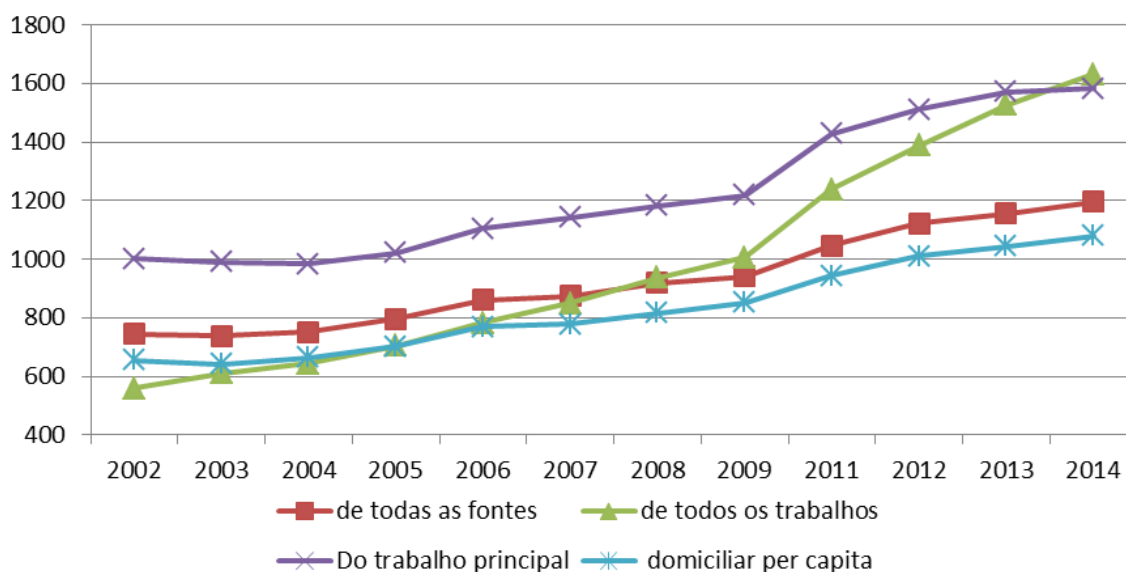
As informações da PNAD possibilitam, de forma mais acurada, o estudo da desigualdade das seguintes distribuições: rendimento mensal de todas as fontes, rendimento do trabalho principal, rendimento de todos os trabalhos e rendimento domiciliar per capita⁶. A Figura 6 retrata a evolução da desigualdade dessas quatro distribuições de renda pelo Índice de Gini⁷, entre 2002 e 2014. Embora ainda muito alto para os padrões internacionais, as taxas de variação do indicador de desigualdade são decrescentes em todo o período observado.

⁵ Estudos como os de Hoffmann e Ney (2008), bem como os de Hoffmann (1998;2002) discutem a questão da subestimação dos rendimentos mais altos nas pesquisas domiciliares. O professor Hoffmann tem uma vasta obra sobre temas relacionados à questão distributiva e, em muitas destas obras/pesquisas, a questão da subestimação vem à baila. Trata-se – também seria de bom tom destacar – de um problema que acomete as pesquisas domiciliares não apenas brasileiras.

⁶ O rendimento domiciliar per capita (RDPC) é definido como a razão entre o rendimento domiciliar e o número de moradores, excluindo as pessoas cuja condição no domicílio é pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes com declaração do rendimento domiciliar.

⁷ O Índice de Gini varia de 0 (perfeita igualdade) até 1 (máxima desigualdade). Assim quanto mais próximo de zero, menor a desigualdade.

Figura 6 - Índice de Gini de todas as rendas do Trabalho e domiciliar per capita entre 2002 e 2014



Fonte: PNAD, IBGE. Microdados. Elaboração Própria.

Nota 1: Rendimento do Trabalho Principal: o único trabalho que pessoa tinha na semana de referência da pesquisa; Rendimento de todas as fontes: inclui o rendimento de todos os trabalhos e de outras fontes.

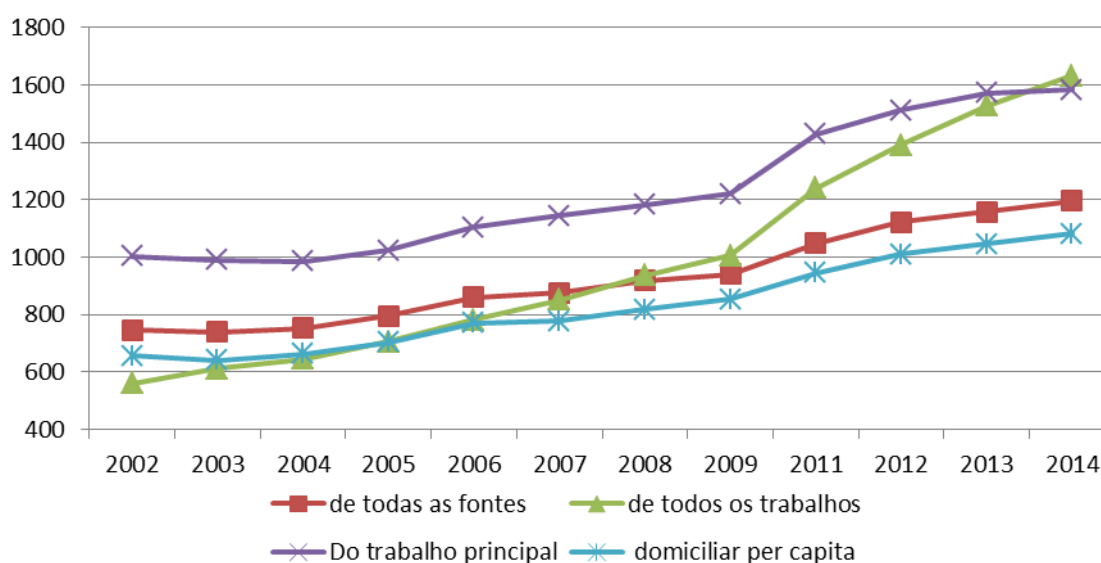
Nota 2: Índice de Gini calculado no programa Stata através do pacote estatístico Inequal2.

Conforme exposto na Figura 7, nos últimos anos, a queda expressiva do índice de Gini, do rendimento individual e domiciliar per capita, se deu no mesmo período em que houve uma elevação tanto do rendimento real médio real individual quanto do rendimento médio domiciliar real per capita, fator este resultante da melhoria do cenário econômico, traduzido em maior número de postos de trabalho e valorização contínua do salário mínimo em termos reais. Deve-se, ademais, ressaltar o fato de este cenário ter ocorrido em período sem significativos incrementos de produtividade (Barbosa Filho, 2014).

O rendimento real médio de todas as fontes que considera a renda de todos os trabalhos e de todas as fontes da população, por exemplo, subiu de R\$746⁸ em 2002 para R\$1.196 em 2014.

⁸ Valores corrigidos pelo INPC. Ano base 2014.

Figura 7 - Evolução do rendimento médio real do trabalho entre 2002-2014

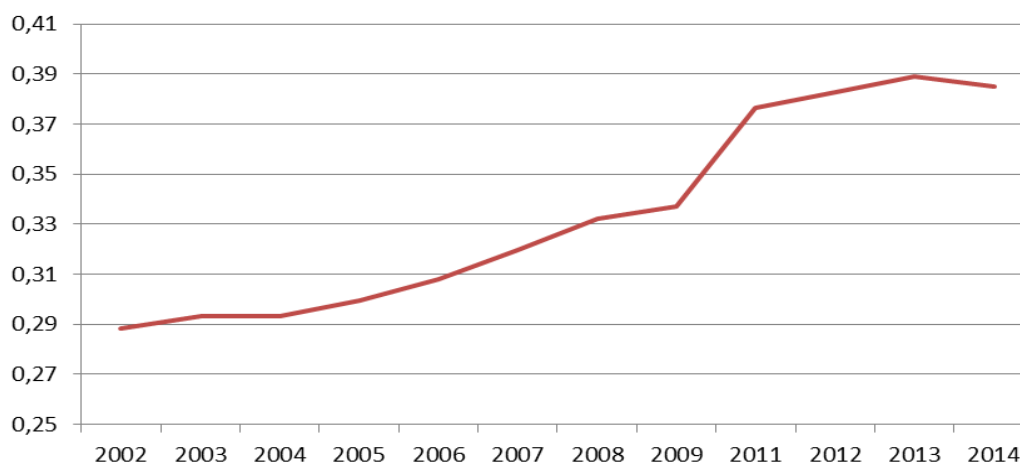


Fonte: PNAD, IBGE. Microdados. Elaboração Própria.

Nota: Valores corrigidos pelo INPC. Ano base 2014.

A Figura 8 mostra que o declínio do indicador de concentração de renda, nesta última década, esteve associado a uma expansão do emprego formal até 2013. A partir de 2013, observa-se uma queda no percentual de trabalhadores com carteira assinada, resultado que se confirmaria, nos anos seguintes, segundo dados da PNAD Contínua.

Figura 8 - Percentual de trabalhadores com carteira assinada em relação à população ocupada



Fonte: PNAD, IBGE. Microdados. Elaboração Própria⁹.

⁹ “São classificadas como ocupadas na semana de referência às pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana.” (IBGE, 2019).

Outros indicadores mostram o mesmo resultado em termos de queda na desigualdade, conforme se percebe ao analisar o Quadro 1. O referido quadro mostra que houve crescimento da renda média por extrato em todos os anos, pelo menos desde 2004, sendo que tal movimento parece ter sido ainda mais intenso nos extratos mais baixos da pirâmide distributiva.

Os resultados deste cenário favorável do mercado de trabalho tiveram impacto sobre o rendimento domiciliar per capita. Contudo, a desigualdade ainda é muito grande se compararmos a renda domiciliar per capita do grupo dos 10% mais pobres em 2014 com a do grupo dos 10% mais ricos, conforme se depreende do Quadro 1. A renda domiciliar per capita dos 10% mais pobres, em 2014, por exemplo, não representa 10% da renda média do extrato dos 10% mais ricos (200 reais, contra 3149 reais, conforme o Quadro 1).

Quadro 1 - Rendimento domiciliar per capita

	2002 *	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
10%	93,15	92,83	95,2	99,92	114,86	119,03	131,51	138,95	161,95	179,40	185,89	200,00
25%	172,34	168,79	165,40	181,67	201,74	210,05	232,77	246,32	292,93	317,32	331,41	355,00
50%	343,74	340,95	318,08	340,64	82,87	406,09	437,93	456,01	535,85	579,69	610,77	641,00
75%	698,66	686,40	636,16	675,22	736,28	764,57	810,10	841,27	952,62	1033,80	1062,20	1100,00
90%	1428,36	1406,57	1288,22	1362,55	1472,57	1492,73	1578,11	1625,71	1786,16	1900,53	1987,38	2000,00
95%	2297,81	2201,85	2051,62	2180,08	2356,11	2366,52	2498,67	2526,35	2798,32	2943,30	3100,56	3149,00
99%	5443,96	5063,67	4771,20	5147,41	5595,75	5601,24	5917,91	6031,66	6588,57	6764,55	7435,40	7200,00

Fonte: PNAD, IBGE. Microdados. Elaboração Própria

Nota: Valores corrigidos pelo INPC. Ano base 2014.

* Em 2002 e 2003 a PNAD ainda não divulgava a variável V4742 (renda mensal domiciliar per capita).

Essa variável só começou a ser publicada a partir de 2004. Então para calcular a renda domiciliar em 2002 e 2004 foi utilizada a seguinte fórmula: $V4721 / (V4721 + V4724)$ (Valor do rendimento mensal domiciliar para todos os moradores (exclusive os menores de 10 anos de idade) dividido por V4724 (Número de componentes da família, inclusive agregado)).

É importante destacar que esse cenário poderia ser ainda mais preocupante, não fossem as políticas de transferência de renda, a recuperação do mercado de trabalho, a política de valorização do salário mínimo e o crescimento da participação relativa da renda de seguridade. A expansão da quantidade de pessoas atendidas pela seguridade se intensificou após a Constituição Federal de 1988. A partir de então, ocorreu universalização dos direitos sociais mínimos que passaram a abranger grupo que não

tiveram acesso aos benefícios dos progressos da Industrialização. No setor da agricultura, por exemplo, trabalhadores do regime de economia familiar rural, idosos e inválidos passaram a receber o benefício, o que teve um efeito muito importante para reduzir a desigualdade pessoal da renda existente no país (LUCIO, 2006).

A evolução do perfil distributivo, em favor de uma melhor distribuição de renda, fica clara na forma pela qual os dados estão organizados no Quadro 2. Nela, percebe-se que os percentis de mais baixa renda apresentaram ganhos maiores do que os estratos dos mais ricos no período considerado.

Quadro 2 - Taxa de crescimento percentis do rendimento domiciliar per capita

	2002-2005	2006-2009	2011-2014
10%	7%	21%	21%
25%	5%	22%	20%
50%	-1%	19%	18%
75%	-3%	14%	14%
90%	-5%	10%	11%
95%	-5%	7%	12%
99%	-5%	8%	9%

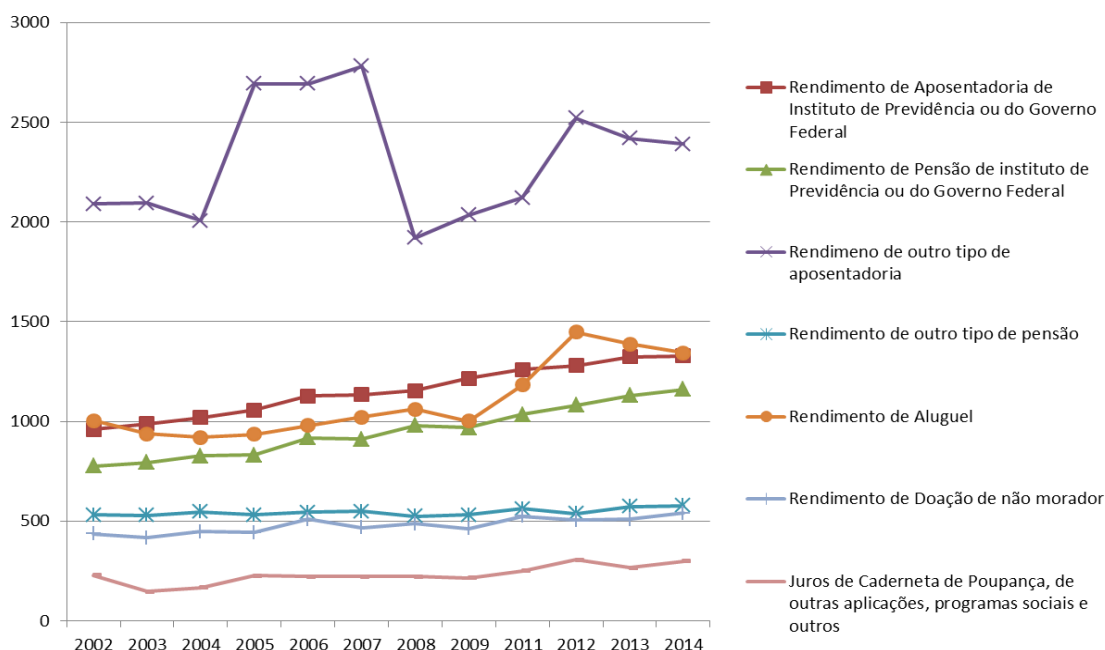
Fonte: PNAD, IBGE. Microdados. Elaboração Própria.

Como se observa na Figura 9, houve um aumento do rendimento médio de outras fontes. Destacando-se o rendimento médio de outro tipo de aposentadoria que é bem instável. De 2003 para 2004 este rendimento cresce de forma significativa e em 2008-2009 cai bastante, se recuperando logo em seguida.

Pode-se associar o crescimento do rendimento médio do rendimento da aposentadoria e pensão pública principalmente à política de valorização do salário mínimo. A Constituição Federal de 1988 institui no que diz respeito à Seguridade Social: “nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo” (Art. 201).

Analisando o Índice de Gini, na Figura 10, percebe-se que o indicador de concentração de renda de aposentadoria e de pensão pública, já inferiores aos de diversas outras fontes de rendimentos, cai de forma relevante entre 2002 e 2014.

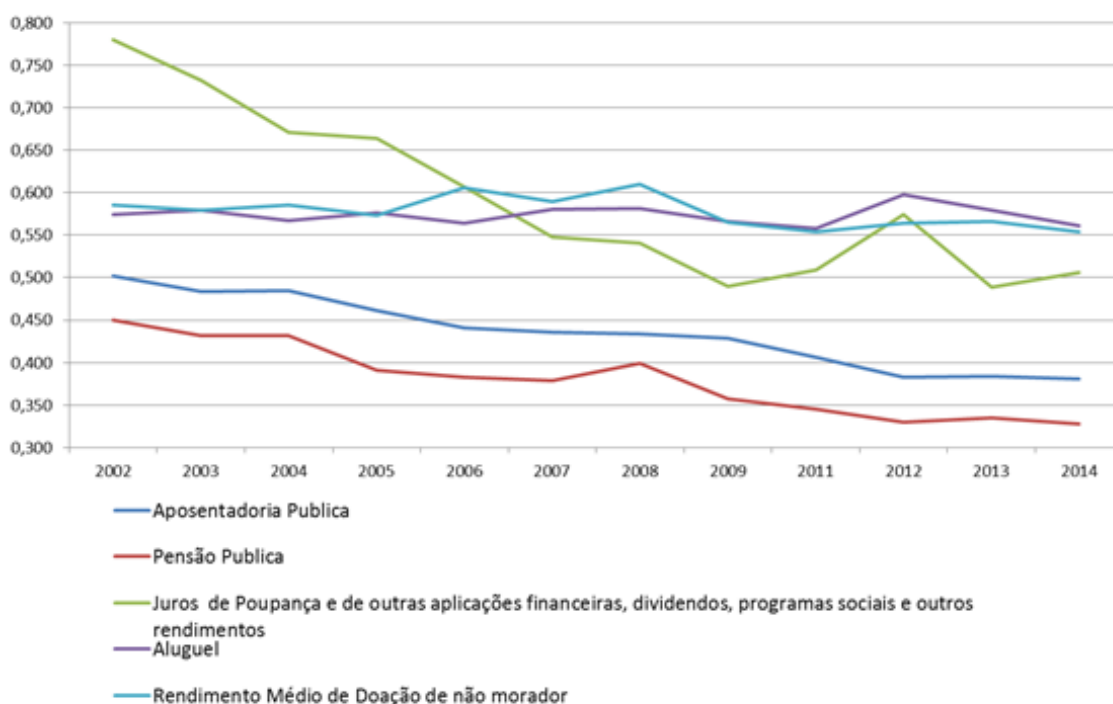
Figura 9: Rendimento Médio de Aposentadoria e Pensão Pública e Rendimento Médio de outro tipo de aposentadoria e de pensão



Fonte: PNAD, IBGE. Microdados. Elaboração Própria

Nota: Valores corrigidos pelo INPC. Ano base 2014.

Figura 10: Índice de Gini dos Rendimentos de Aposentadoria Pública, Pensão Pública, Juros de Poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos.



Fonte: PNAD, IBGE. Microdados. Elaboração Própria.

Quando se examinam os subgrupos de rendimento de aposentadoria e pensão pública, fica claro, observando-se o Quadro 3, que isso se deu por conta do crescimento do rendimento entre os estratos mais baixos de renda. Enquanto o rendimento dos 5% mais ricos da população cresceu, em termos reais, 26% entre 2002 e 2014, o rendimento dos 50% mais pobres da população aumentou 93%, em termos reais, em igual período. Tais resultados revelam o efeito que a expansão do valor real do salário mínimo tem sobre o perfil de desigualdade dessa rubrica, a qual, por sua vez, como vimos, tem peso importante na composição da renda familiar.

Quadro 3: Percentis do rendimento de aposentadoria pública.

Aposentadoria Pública (R\$)												
Percentis	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
1%	373	405	414	454	515	532	500	587	649	697	720	721
5%	373	405	414	454	515	532	500	587	649	697	720	724
10%	373	405	414	454	515	532	500	587	649	697	720	724
25%	373	405	414	454	515	532	500	587	649	697	720	724
50%	373	405	414	454	515	532	500	587	649	697	720	724
75%	959	1013	1081	1120	1178	1120	1052	1176	1191	1256	1275	1300
90%	2049	2093	2179	2271	2282	2240	2104	2526	2397	2422	2602	2587
95%	3167	3064	3181	3028	3299	3361	3156	3790	3572	3532	3718	4000
99%	8943	8439	8429	8024	8835	8402	7891	7579	9526	8970	9560	9000

Fonte: PNAD, IBGE. Microdados. Elaboração Própria.

Nota: Valores corrigidos pelo INPC. Ano base 2014

No caso de juros de Poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos, o indicador de concentração de renda é bem elevado em 2002 (0,779) e ao longo do tempo vai caindo até alcançar 0,505 em 2014.

Infelizmente, como destaca Dedecca (2009), tanto as transferências de programas como o Bolsa Família, como também os rendimentos de aplicações financeiras (em tese, dois extremos da pirâmide distributiva) fazem parte desse grupo. O que demonstra a limitação das informações contidas nesta variável de renda da PNAD, impedindo uma análise mais detalhada do fenômeno da “origem de outras fontes de renda” e restringe o estudo da distribuição pessoal da renda às fontes de renda

oriundas do trabalho e dos benefícios da previdência social. Assim, o que se pode afirmar é que os dados parecem mostrar que a desigualdade desse indicador começou a cair coincidentemente com a instituição do Bolsa Família em 2003 (e com a expansão vertiginosa de sua cobertura nos anos seguintes).

Quanto à aposentadoria e pensão privada, as duas ainda representam uma parcela pequena dos rendimentos de todas as fontes. Não chega a 2%, se consideramos a soma de ambas. O rendimento de maior peso continua sendo o rendimento do trabalho principal, com cerca de 76%. Somados aos rendimentos oriundos da Previdência Pública, atinge-se um total de mais de 90% do conjunto dos rendimentos, conforme se observa no Quadro 4.

Quadro 4: Estrutura da renda pessoal do conjunto da população brasileira. Participação na massa de renda total, renda média e sua variação e Índice de Gini por tipo de renda

Tipo de renda	Renda Total (%)			Renda média (R\$ mês)			Variação (% a. a.)		Índice de Gini		
	2003	2014	2015	2003	2014	2015	2003-14	2014-15	2003	2014	2015
Renda do Trabalho	76,5	76,6	75,4	1.366	1.951	1.850	3,3	-5,2	0,55	0,49	0,49
Aposent. Pública	14,4	14,3	15,7	1.163	1.461	1.428	2,1	-2,3	0,48	0,38	0,38
Pensão Pública	4,2	4,0	4,1	929	1.230	1.209	2,6	-1,7	0,43	0,33	0,32
Outras Aposent.	0,4	0,4	0,4	2.449	2.632	2.711	0,7	3,0	0,57	0,57	0,57
Outras Pensões	1,0	0,9	0,8	620	635	601	0,2	-5,3	0,53	0,53	0,52
Aluguel	1,8	1,2	1,1	1.097	1.480	1.341	2,8	-9,4	0,58	0,56	0,53
Doações	0,7	0,4	0,4	487	595	574	1,8	-3,5	0,58	0,55	0,56
Juros e outros *	1,1	2,3	2,1	173	330	312	6,0	-5,3	0,73	0,51	0,49
Renda Total	100	100	100	1.356	1.839	1.738	2,8	-5,5	0,57	0,50	0,49

Fonte: microdados das PNADs. Elaboração própria.

O mesmo Quadro 4 também mostra que houve um crescimento importante da renda média para cada tipo de rendimento, entre 2003 e 2014; por outro lado, já entre 2014 e 2015 os dados revelam queda dos valores reais. Da mesma forma, pode-se perceber que, em todas as fontes de renda, tomadas isoladamente, houve queda da desigualdade, expressa pela redução não pouco significativa do índice de Gini. E também fica claro que a concentração da rubrica de aposentadorias e pensões públicas apresenta nível de desigualdade menor do que as demais fontes, o que abre espaço para um alerta acerca dos efeitos que uma eventual desvinculação do salário mínimo ao piso da Previdência terá sobre a desigualdade total de rendimentos dentro da sociedade brasileira.

Os dados do Quadro 5 estão organizados da mesma forma que os do quadro anterior, com a ressalva de que, nesta última, referem-se apenas ao conjunto dos 40% da população brasileira de rendas mais baixas.

Quadro 5: Estrutura da renda pessoal para o segmento dos 40% de menores rendas da população brasileira. Participação na massa de renda total, renda média e sua variação.

Tipo de renda	% Renda Total			Renda Média			Variação (% a. a.)		Gini		
	2003	2014	2015	2003	2014	2015	2003-14	2014-15	2003	2014	2015
Renta do Trabalho	61,1	53,8	49,6	345	623	579	5,5	-7,2	0,245	0,214	0,227
Aposent. Pública	24,5	25,9	29,6	475	800	788	4,9	-1,5	0,003	0,002	0,002
Pensão Pública	7,2	6,0	6,1	463	777	766	4,8	-1,4	0,031	0,033	0,029
Outras Aposent.	0,1	0,3	0,2	394	738	659	5,9	-10,7	0,155	0,078	0,151
Outras Pensões	1,6	1,8	1,8	259	339	329	2,5	-3,1	0,311	0,371	0,367
Aluguel	0,4	0,4	0,4	269	480	460	5,4	-4,3	0,297	0,274	0,264
Doações	1,6	1,0	1,1	198	312	296	4,2	-5,0	0,337	0,406	0,369
Juros e outros *	3,2	10,9	11,3	76	289	289	12,9	-0,3	0,505	0,440	0,456
Renda Total	100	100	100	350	616	590	5,3	-4,2	0,253	0,222	0,228

Fonte: microdados das PNADs. Elaboração própria.

O exercício é muito válido, pois a observação e análise deste extrato da pirâmide distributiva é elucidativo acerca do que ocorreu, em termos de distribuição de renda, nos anos mais recentes. Os dados do Quadro 5 revelam, por exemplo, que houve expressivo crescimento das respectivas rendas médias de todas as fontes e renda, e também que, em todos os casos, este aumento foi bastante superior ao que o ocorreu no conjunto da população brasileira (Quadro 4). Este resultado, por si só, é revelador da redução da desigualdade das rendas pessoais ocorridas no período 2003-2014. O Quadro 5 também demonstra os efeitos nefastos da retração econômica que começou a ocorrer a partir de 2014, com efeitos negativos em todas as fontes de renda, com especial destaque justamente na forma como elas são mais habituais, ou seja, as rendas do trabalho. Pode-se perceber sinais de retração da trajetória de redução do Gini dentro do extrato. Embora os valores sejam muito próximos, os resultados apontam a necessidade de se acompanhar de mais de perto a evolução dos indicadores a partir de 2015. Com os dados até 2015, percebemos que, tanto na renda do trabalho, como no conjunto das rendas, o Gini parece estar retomando movimento de ascensão. Por fim, merece destaque o baixo valor (quase zero) do Gini dentro do grupo de rendimentos em aposentadoria pública (parcela significativa do extrato, pois representa cerca de um quarto do total de rendimentos). Este baixo valor do Gini deve-se ao fato de que mais e

90% dos rendimentos desta rubrica valem um salário mínimo – o que reforça a importância do papel da vinculação dos benefícios ao valor do salário mínimo e também referenda a importância da valorização real do mesmo para o combate à enorme desigualdade brasileira¹⁰.

CONCLUSÃO

A redução da desigualdade da renda pessoal é algo a se destacar, pois, conforme mostra a história do perfil distributivo brasileiro, nunca houve uma trajetória de mais de dez anos de redução contínua da desigualdade pessoal da renda (medida pelo Gini, geralmente).

Outras maneiras de manifestação da desigualdade também revelaram melhoria. Foi possível observar, por exemplo, que as remunerações do trabalho cresceram em relação ao excedente operacional bruto nos anos finais da série em um determinado momento, o que é revelador de uma melhoria do perfil da distribuição funcional da renda. Contudo, se forem considerados apenas os salários, sem as contribuições sociais a eles associadas, a superação em relação ao excedente operacional bruto ocorre em 2008, o que permite concluir o quanto as contribuições sociais, e conseqüentemente o processo de formalização do mercado de trabalho ocorrido até 2014, foram importantes neste período.

O crescimento da economia foi impulsionado pelo consumo das famílias e pela formação bruta de capital, que também apresentou crescimento no período, sobretudo até 2011.

Quando é analisada a distribuição pessoal da renda através dos dados da PNAD, nota-se que todos os rendimentos da renda do trabalho sobem e que o índice de Gini apresenta redução para todos eles. A aposentadoria privada apresenta o melhor rendimento, o que certamente se deve ao expressivo aumento ocorrido nos valores do salário mínimo real.

Não existe uma maneira de analisar separadamente o impacto do programa Bolsa Família no rendimento de todas as fontes, uma vez que na variável da PNAD que capta os valores desse benefício estão também incluídas outras fontes de renda, inclusive rendas que podem ser bastante elevadas, como é o caso de rendimentos

¹⁰ A queda apontada pelo quadro, de 0,003 para 0,002 é menos relevante, para nossa análise, do que o próprio fato em si de que o índice de Gini é muito baixo, o que revela a dimensão do número de desembolsos relacionados ao salário mínimo dentro da sociedade brasileira, que cobre uma parcela expressiva da pirâmide distributiva. (lembrando que o Quadro 5 restringe-se aos 40% de rendimentos totais mais baixos da pirâmide distributiva brasileira).

provenientes de aplicações financeiras ou de posse de outros ativos (financeiros ou não). Uma forma de mitigar essa dificuldade consiste em tomar o perfil dos rendimentos, segundo fontes de renda, apenas para o extrato dos 40% de menores rendimentos da economia brasileira, onde é improvável que estejam registrados rendimentos oriundos de aplicações financeiras mais robustas (pequenos rendimentos de poupança podem estar presentes ali, por exemplo). O estudo indicou (Quadro 5) que é justamente na rubrica “juros e outros” que ocorre o maior aumento da renda real no período de expansão da economia (2003-2014), sinalizando que os programas de transferência de renda contribuíram decisivamente para a redução da desigualdade no período.

Por fim, a pesquisa sugere que a distribuição da renda funcional acompanha o movimento da distribuição pessoal da renda. De todo modo, o mais importante é registrar que as evidências são de que a redução da desigualdade pessoal deveu-se ao aquecimento do mercado de trabalho, e também aos valores e abrangência das transferências sociais feitas no âmbito do conjunto das políticas públicas implementadas no período, que potencializaram os efeitos positivos promovidos pelo aquecimento do mercado de trabalho enquanto isso esteve em voga (ou seja, até 2014).

Dentro deste contexto, a elevação do valor real do salário mínimo teve papel decisivo, pois o mesmo afeta tanto as rendas do trabalho como também os valores das principais transferências provenientes de políticas públicas desenhadas (ou ampliadas, no caso das já existentes) no período.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATKINSON, A. B. **Desigualdade: o que pode ser feito?** São Paulo: Leya, 2015.
- _____. Bringing Income distribution in from the cold. **The Economic Journal**, Vol. 107, No. 441 (Mar., 1997), pp. 297-321.
- _____. Factor Shares: the principal problem of political economy? **Oxford Review of Economic Policy**; Volume 25; Number 1; pp. 3-16; 2009.
- BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. Mercado de trabalho no Brasil: passado, presente e futuro. In: BONELLI, Regis; VELOSO, Fernando (Org.). **Panorama do mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2014. Cap. 2. p. 35-54.
- BARROS, R.P., CARVALHO, M.; FRANCO, S. e MENDONÇA, R. Conseqüências e causas imediatas da queda recente da desigualdade da renda brasileira. *Parcerias Estratégicas* 22, Edição Especial, p. 89-119, jun. 2006; Texto para Discussão, n. 1201, IPEA, Rio de Janeiro, jul. 2006.

- CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.
- DEDECCA, C. S.; JUNGBLUTH, A.; TROVÃO, C. J. B. M. **A queda recente da desigualdade: relevância e limites**. Encontro nacional de economia da associação nacional dos centros de pós-graduação em economia, ANPEC, 2008.
- DEDECCA, C. S. *et al.* Mudanças na Distribuição de Renda Individual e Familiar no Brasil. **I Congresso da Associação Latino Americana de População, Alap**, Caxambu, Minas Gerais. Set. 2004.
- DEDECCA, Cláudio Salvatori. **Desigualdade: mas de qual falamos?** Campinas: Textos para Discussão. IE/Unicamp, Nº168, out-2009.
- _____. **A redução da desigualdade e seus desafios**. Brasília: Texto para Discussão nº 2031, 2015.
- GALBRAITH, James. **Inequality: what everyone needs to know**. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- GLYN, A. **Functional distribution and inequality**. In: SALVAREDA, W.; NOLAN, B.; SMEEDING, T.M. (editors). *The Oxford Handbook of the ECONOMIC INEQUALITY*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- HALLAK NETO, João. **A Distribuição Funcional da Renda e a Economia não Observada no âmbito do Sistema de Contas Nacionais do Brasil**. 2013. 167 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- HALLAK NETO, J.; SABOIA, J.. Distribuição funcional da renda no Brasil: análise dos resultados recentes e estimação da conta da renda. **Econ. Apl.**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 3, p. 483-513, Sept. 2014
- HOFFMANN, Rodolfo. A Distribuição da Renda no Brasil no período de 1992-2001. **Economia e Sociedade**, 2(19), Campinas: Instituto de Economia da Unicamp; 2002.
- _____. Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979/97 e a influência da Inflação e do Salário Mínimo. **Economia e Sociedade**, 11, Campinas: Instituto de Economia da Unicamp; 1998.
- HOFFMANN, Rodolfo; NEY, Marlon Gomes. A recente queda da desigualdade de renda no Brasil: análise de dados da Pnad, do Censo Demográfico e das Contas Nacionais. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p.7-39, jun. 2008.
- KEISTER, L.A. The One Percent. **Annu. Rev. Sociol**, 40, p.347-67, 2014.
- KEISTER, L.A.; LEE, H.Y. **The One Percent: Top Incomes and Wealth in Sociological Research**. *Social Currents* 2014, v. 1(1) p. 13-24. The Southern Sociological Society, 2014.
- KERSTENETZKY, Celia Lessa. Consumo social e crescimento redistributivo: Notas para se pensar um modelo de crescimento para o Brasil. **Revista de Economia Política**, OnLine, v. 36, n. 1, p.25-45, jan. 2018.

_____. O Estado do Bem-estar Social na Idade da Razão: a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: **Campus/Elsevier**, 2012.

KOPCZUK, W. What Do We Know about the Evolution of Top Wealth Shares in the United States? **The Journal of Economic Perspectives**, Vol. 29, No. 1 (Winter 2015), pp. 47-66. American Economic Association.

KRISTAL, Tali. Good Times, Bad Times: Postwar Labor's Share of National Income in Capitalist Democracies. **American Sociological Review**, 75 (5); 2010.

LUCIO, Clemente Ganz. Empregos e salários: eixos de uma política de desenvolvimento no Brasil? In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (Org.). **Economia Brasileira na Encruzilhada**. São Paulo: Fgv, 2006. Cap. 3. p. 53-82.

MATTOS, F. A. M.; LIMA, S. S. Apontamentos para o debate sobre pleno emprego no Brasil. **Economia e Sociedade**. Revista do Instituto de Economia da UNICAMP; vol. 24; n.2 (54); pp. 293-328; agosto de 2015.

MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. Avanços e dificuldades para o mercado de trabalho. **Estudos Avançados** (85), v. 29, n. 85, set-dez, 2015.

_____. O debate sobre distribuição de renda ao longo do processo de desenvolvimento econômico do Brasil. **Revista da ABET**, v. 16, n. 1, Janeiro/Junho de 2017.

_____. Programas Sociais e redução da taxa de desemprego no Brasil até 2013. **Eptic Online**; v. 18; n.1, 2016.

SABOIA, João; HALLAK NETO, João. Salário mínimo e distribuição de renda no Brasil a partir dos anos 2000. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 1 (62), p.265-285, jan. 2018. Trimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v27n1/1982-3533-ecos-27-01-0265.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

SOUEN, Jaqueline. A política do salário mínimo no Governo Lula. **Dissertação de Mestrado**. Campinas: IE/UNICAMP, 2013.

SOUZA, P. R. C.; BALTAR, P. E.A. Salário mínimo e taxa de salários no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, IPEA, Rio de Janeiro, v. 9, n.3, dez, 1979.

SOUZA, Paulo Renato Costa. A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas. **Tese de Doutorado**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP; Campinas, 1980.

_____. Os impasses atuais das políticas de emprego e de salário. In: BELLUZZO, L.G.M. e COUTINHO, R. (org.). **Desenvolvimento Capitalista no Brasil** – número 2 – ensaios sobre a crise. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

Recebido em 1 de abril de 2019 e aceito em 3 de abril de 2019.